



Aprovado na reunião do dia  
17.01.2023, por unanimidade,  
registando-se a ausência do GP IL,  
GP PCP e GP BE.

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Agricultura e Pescas

Deputado Pedro do Carmo

**Assunto:** Requerimento para audição da Senhora Ministra da Agricultura e da Alimentação sobre o processo de implementação do PEPAC e consequências das novas orientações de política no território.

A implementação do PEPAC, em Portugal, iniciou-se em janeiro de 2023, conforme previsto durante o longo processo de negociação do novo período de fundos comunitários para o sector agrícola.

Trata-se, assim, de um programa de investimentos no valor de 6 713 milhões de euros que se prolongará até 2027, constituindo um instrumento para a promoção do investimento e do rejuvenescimento do setor agrícola.

Contudo, embora o PEPAC já esteja em vigor, na parte relativa aos pagamentos diretos, estão ainda por publicar os regulamentos que definem a sua execução em Portugal o que tem gerado no sector agrícola incerteza e insegurança jurídica e consequentemente económica.

Mais, têm ainda surgido notícias sobre as novas orientações relativas ao Modo de Produção Biológico e ao Regime Ecológico, que preveem a exclusão do respetivo apoio financeiro a atividades pecuárias localizadas em zonas de baldios. Este facto, está, naturalmente, a causar enorme desconforto e indignação junto do sector agropecuário e das comunidades locais onde a utilização de baldios associada à produção pecuária em modo biológico tem permitido contribuir para dinamizar a atividade económica, em particular nos territórios mais desfavorecidos e ameaçados pela desertificação.



Face ao exposto, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata requerem a audição, na Comissão de Agricultura e Pescas, da Senhora Ministra da Agricultura e Alimentação, Maria do Céu Antunes, para um esclarecimento cabal do processo de implementação da PEPAC, seja ao nível dos regulamentos por publicar, seja ao nível das eventuais consequências provenientes das orientações políticas no âmbito do 1º e 2º pilar da PAC relativamente à produção agropecuária em zonas de baldio.

Palácio de São Bento, 12 de janeiro de 2023

Os Deputados do PSD